

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA QUINZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.**-----

-----**ATA NÚMERO OITENTA E CINCO**-----

----- Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em exercício e Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de

DRAFT

Mello Gonçalves, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, António Miguel Silva Avelãs, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Susana Maria da Costa Guimarães, Pedro Miguel Tadeu Costa, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, José Júlio Cordeiro dos Reis Silva, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Rodolfo Knapic, Rosa Maria Carvalho da Silva e Maria José Pinheiro Cruz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Fábio Martins de Sousa, José António Cardoso Alves, Rui Pedro Costa Lopes e Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic. -----

----- Álvaro Carneiro (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- António Prôa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria José Pinheiro Cruz. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Júlio Cordeiro Reis Silva. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Fernando Correia (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Joana Duarte (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Avelãs. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, Manuel Grilo e Ricardo Veludo.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, João Pedro de Abreu Costa, Nuno Rocha Correia e Ana Rita Costenla e Jorge Alves. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados, agradeço que assumam os vossos lugares. -----

----- Tenho vários avisos a fazer, agradeço que assumam os vossos lugares.-----

----- Senhores Deputados, temos várias informações muito relevantes que eu tenho que dar e que são as seguintes, a nossa reunião hoje vai ser bastante atípica, porque há muitos pontos que estão adiados.-----

----- As duas Petições que estavam agendadas para hoje, não vão ser discutidas hoje pela ausência dos primeiros subscritores, conforme sabem as Petições são assinadas por um grande número de assinaturas, mas depois as primeiras assinaturas têm a responsabilidade de vir à Assembleia, discutir, apresentar e defender a sua Petição. ----

----- Estava a informar que as duas Petições vão ser adiadas, porque não temos primeiros subscritores disponíveis, não puderam estar hoje, terão que ser reagendadas.- -----

----- Informar que as propostas que eu apresentei sobre a alteração à composição das Comissões, e sobre a alteração do Regimento, que são os pontos 5 e 6 da Ordem de Trabalhos, serão igualmente adiados, porque ontem na Conferência de Representantes ficou assente que estas propostas deveriam passar primeiro pelo Grupo de Trabalho do Regimento. -----

----- Mandei convocar uma reunião para sexta-feira da parte da tarde, do Grupo de Trabalho do Regimento, e se não conseguimos terminar o trabalho na sexta-feira, fica já agendada uma reunião segunda-feira à tarde, também, para o mesmo assunto para ver se fechamos esta matéria. -----

----- Temos pois a apreciação dos relatórios das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que eu aproveito para saudar, e já identificarei as pessoas presentes das CPCJ de Lisboa, cuja presença nos reconforta de estarem aqui hoje. -----

----- E temos depois várias propostas sobre a Gebalis, e também são adiadas as Propostas de compromisso plurianual, porque deram entrada na Assembleia ontem, depois das três da tarde, e a Mesa tem posto esta regra, que pelo menos vinte e quatro de antecedência para que as propostas sejam discutidas e votadas, portanto, terão que ficar para uma próxima sessão. -----

----- Isto eram informações importantes para organizar os nossos trabalhos, portanto, teremos uma sessão mais curta, eu aproveitei prevendo que íamos ter uma sessão mais curta, para solicitar aos Senhores Presidentes, e Secretários das Comissões se podemos fazer uma reunião de trabalho logo a seguir a que fechem os trabalhos do Plenário mesmo aqui no Fórum, no *foyer* pequeno aqui ao lado, porque nós temos muito trabalho atrasado nas Comissões.-----

----- Não temos muitas propostas atrasadas da Câmara, pelo contrário, mas temos muitas Petições em atraso, e penso que é uma responsabilidade nossa dar resposta aos cidadãos em tempo útil, e há Petições aqui que precisam realmente de um esforço das Comissões para podermos fechar a matéria.”-----

RENUNCIA AO MANDATO – (COMUNICADA PELA DEPUTADA MUNICIPAL MARIA DO CARMO AMARAL CABRAL DA CÂMARA PEREIRA MUÑOZ DO GRUPO MUNICIPAL DO PPM) – APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO ESCRITA MANIFESTANDO A VONTADE DE RENÚNCIA AO MANDATO DE DEPUTADA MUNICIPAL, AO ABRIGO DO ARTIGO 76.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, AINDA EM VIGOR, A CONTRÁRIO, POR FORÇA DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 3.º DO ANEXO I À LEI N.º 75 2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DO ARTIGO 9.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sendo assim, eu iria em primeiro lugar, informar e comunicar aos Senhores Deputados nos termos da Lei e do nosso Regimento, que a Senhora Deputada Municipal, Maria do Carmo Muñoz do PPM, comunicou a sua renúncia ao Mandato, até agora tinha estado com o Mandato suspenso, mas completou o tempo máximo de suspensão, e, portanto, de acordo com o Regimento a renúncia torna-se efetiva desde a data da entrega da declaração, que foi ontem, e isto tem que ficar registado na data de hoje. -----

----- Por esse motivo a vaga é preenchida pela cidadã imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista da coligação que, neste presente caso é a cidadã, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo do CDS, que foi convocada para esta sessão, e que passará, portanto, a ocupar este lugar por direito próprio. -----

----- Foram verificadas as entidades está tudo em condições, portanto, era esta informação que eu queria dar.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Posto isto, penso que estamos em condições de ouvir os nossos inscritos, temos duas pessoas. Não, três pessoas que pediram para falar. -----

----- A Senhora Marina da Conceição Abreu, o Senhor José Frazão e o Senhor Luís Castro em representação dos Vizinhos de Arroios, portanto, vamos ouvi-los. -----

----- E vamos começar pela Senhora Dona, eu disse Mariana, mas não é, é Marina da Conceição Abreu. Desculpe, eu disse mal o seu nome. Seja bem-vinda. -----

----- Tem os seus cinco minutos para usar da palavra, faz favor. -----

A Múncipe, Marina da Conceição Abreu, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ *Boa tarde a todos os presentes aqui.* -----

----- *Venho expor aqui a minha situação habitacional. Portanto, tenho uma ordem de despejo, ou seja, tive que de sair da casa desde setembro. Encontro-me praticamente na rua.* -----

----- *Tenho uma inscrição feita na Câmara desde dois mil e doze, e faço a renovação todos os anos consecutivos, à qual tenho recebido a pontuação de cinquenta e seis pontos.* -----

DRAFT

----- Neste momento encontro-me na rua. -----

----- A última inscrição que fiz já tinha a carta de despejo, atribuíram-me uma pontuação de trinta e dois pontos. -----

----- O que eu venho aqui expor é: se eu tenho uma situação de despejo, qual é o motivo que a Câmara Municipal de Lisboa tem para me dar a pontuação de trinta e dois pontos? -----

----- Não tenho estrutura económica, sempre fui uma pessoa que trabalhou desde os onze anos, portanto, sou uma cidadã portuguesa que sempre cumpriu com os meus deveres, comprei uma casa ao banco que tive de a entregar, porque não podia trabalhar para dar assistência ao meu esposo que se encontrava doente e que entretanto faleceu, e assim perdemos a casa. -----

----- Desde de dois mil e doze que estou inscrita na Câmara. Neste momento encontro-me na rua, e desde já, quero agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia do Beato, ao Senhor Silvino, o qual se prontificou em guardar os meus haveres numa arrecadação porque me encontro praticamente na rua. -----

----- Venho aqui expor, qual o motivo pelo qual só tenho trinta e dois pontos, com uma carta de ordem de despejo do senhorio desde setembro! É esta pergunta que eu faço aos Senhores Deputados e aos Senhores Presidentes, quanto mais grave é a situação menos pontuação temos? -----

----- Sou uma cidadã Portuguesa, de etnia cigana, mas que sempre trabalhei, não estou à espera que me deem rendimentos, ou que me deem subsídios, ou que me deem qualquer ajuda, sempre trabalhei desde a idade dos onze anos. -----

----- Será que não tenho também, conforme tenho obrigações e deveres, não terei também quem me possa ajudar? Será por ser uma cigana que todas as portas me são fechadas?-----

-----Inclusive a Santa Casa da Misericórdia mandou-me alugar um quarto, ligo, e dizem que sim, que posso ir, que tenho um quarto e quando chego à porta, fecham-me a porta e dizem que já está alugado. Tentei alugar uma casa pelo telefone, disseram que sim, quando cheguei, disseram que não, que já estava alugada. Voltei a ligar e disseram que sim, que não estava alugada e isto porque não sabiam que era a mesma pessoa que estava a alugar. -----

----- Sou eu por ter este hábito vestido que não tenho direito como os outros cidadãos têm? Uma pessoa que sempre trabalhou? Sempre trabalhei. -----

----- Peço aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados e aos Senhores Presidentes, que tenham atenção e que me deem uma resposta. Qual o motivo, depois de eu ter escrito uma carta à Senhora Vereadora a dizer a minha situação atual, e dizerem-me que tenho que esperar, porque há muitos casos à minha frente.-----

-----Desde dois mil e doze, quando eu perdi a casa do banco que fui viver para um carro, com o marido doente a morrer, que acabou por falecer, e sempre me disseram que havia casos mais graves que o meu. Qual será o caso mais grave do que o meu? Peço, que me digam qual será o caso mais grave que o meu. Vivo num carro, perdi a casa, a qual tive que entregar ao banco. Há casos mais graves! Não sei, gostaria de saber. -----

----- *Peço imensa desculpa e peço que tenham em atenção a minha situação.* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Dona Marina em primeiro lugar não tem de pedir desculpa de nada. ---
----- A Senhora Dona Marina está aqui a exercer um direito que é seu, pleno direito! Direito a apresentar a sua situação à Assembleia Municipal e direito à habitação que também o tem, embora neste momento não esteja a ser garantido por ninguém. -----

----- Mas tem esse direito! A Lei Portuguesa e a Constituição da República dizem que esse direito é para todos. Independentemente da etnia, da religião, da condição económica, da família, do que seja, portanto, o direito está estabelecido na Lei Portuguesa e na nossa Constituição, é nosso dever procurar que ele seja garantido na prática. -----

----- Pergunta a Dona Marina e pergunta muito bem! Porque é que a sua pontuação é tão baixa e porque é que até desceu depois do despejo. -----

----- Não lhe posso responder sem ver o seu processo, mas posso-lhe dizer uma coisa que é muito importante! A pontuação é atribuída de acordo com o regulamento que está em alteração neste momento. Já tivemos aqui uma discussão pública em setembro, já terminou a discussão pública, o regulamento de acesso à habitação em Lisboa vai ser alterado, para mudar a grelha da pontuação, porque exatamente, essa grelha não é justa. Porque é que essa grelha não é justa? Porque a pontuação é dada sobretudo em função do rendimento económico, e os pontos que deviam ser dados por uma pessoa estar sozinha, ou ter uma ação de despejo, ou ter uma vulnerabilidade qualquer de saúde etc... não são considerados, a pessoa não é beneficiada por essa razão e também não é beneficiada por estar há muitos anos à espera. -----

----- Portanto, agora os critérios são outros, o facto de estar há muitos anos à espera vai pontuar, o facto de a pessoa ser sozinha, como parece ser o seu caso, também vai pontuar. E vão pontuar estas coisas todas e, assim, que o novo regulamento seja aprovado, terão que ser reapreciados os casos todos, mas à luz do novo regulamento. Portanto há uma pequena espera, porque eu penso que nós vamos aprovar o Regulamento muito rapidamente, porque a Câmara precisa dele aprovado muito rapidamente. -----

----- Quanto à situação de emergência em que está, uma vez que está sem apoios, segundo disse aqui, eu aconselhava duas coisas: -----

----- A primeira era eventualmente a sua Junta de Freguesia, verificar se está em condições de poder aceder a uma coisa que se chama Fundo de Emergência Social, que é uma verba que a Junta de Freguesia pode atribuir a famílias de carência absoluta, pode ser o seu caso. Portanto ver com a Junta de Freguesia se tem direito ao Fundo de Emergência da Junta de Freguesia, isso é a primeira coisa. -----

----- E a segunda coisa, o meu gabinete irá contactar a Santa Casa da Misericórdia, para alertar para a sua situação, e para fazermos diligências junto dessas pessoas que têm os quartos mas depois não os alugam. -----

DRAFT

---- Eu quero dizer à Senhora Dona Marina e a todas as pessoas que me estão a ouvir, que também é ilegal, não alugar, ou não arrendar, um quarto por razões de natureza étnica, é completamente ilegal. -----

---- E portanto o facto de lhes estar a ser recusado o aluguer é ilegal, e essa situação deve ser sinalizada e deve ser penalizada, porque é contra a Lei. Portanto, uma coisa é a Lei, outra coisa é a vida. Mas nós quando temos a Lei do nosso lado podemos ter um pouquinho mais de força. -----

---- E portanto, Dona Marina, muito obrigada por ter vindo, muito obrigada pela toda a compostura com que trouxe aqui o seu problema que é bastante grave, e vamos fazer essas diligências e peço-lhe então que fale com a sua Junta de Freguesia, e eu pela minha parte com o meu gabinete iremos falar com a Santa Casa da Misericórdia. -----

---- Pode dizer sim se faz favor.” -----

---- **A Muniçipe, Marina da Conceição Abreu**, após a Senhora Presidente ceder a palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- *“A Junta de Freguesia do Beato tem sido maravilhosa, tem-me ajudado o máximo possível, tem escrito cartas e a Santa Casa da Misericórdia também sido correta. Agora o que não é correto é as pessoas dizerem que têm quartos, que têm casas e quando chego dizem que não têm.”* -----

---- (A Muniçipe, Marina da Conceição Abreu deixou documentação que se encontra arquivadas nos serviços da Assembleia Municipal de Lisboa.) -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra deu o seguinte esclarecimento à Muniçipe: -----

---- “Senhora Dona Marina há mais uma coisa que eu lhe queria dizer, foi aprovada uma Lei de Bases de Dados da Habitação no Parlamento, tem lá uma disposição que ainda não está em prática, mas que é muito importante para o seu caso e para muitos outros. É uma autoridade para fiscalizar essas situações, uma autoridade como existe a ASAE para fiscalizar tanta coisa, uma autoridade que possa fiscalizar essas situações de pessoas que cometem essa ilegalidade de recusar o aluguer, quando tinham o quarto, ou o que fosse disponível para alugar. -----

---- Portanto, penso que isto, enfim, não resolve o seu problema mas pode ter a certeza que tem a Lei do seu lado, e que terá, quer ajuda da Freguesia, quer aqui do nosso gabinete a dar o apoio possível para se encontrar uma solução. -----

---- Muito obrigada Dona Marina, e sim, pode entregar a carta com certeza.” -----

---- Vamos prosseguir. -----

---- Senhor José Frazão, que nos vem falar de um tema que eu terei depois resposta para lhe dar, porque é um tema importante. Estamos a falar do PUALZE o Plano da Avenida Liberdade que está pendente nesta Assembleia Municipal já há largos meses, para ser aprovada uma alteração que a Câmara apresentou, aliás duas alterações, e vamos ver, o que tem a dizer. Faça favor.” -----

---- **O Muniçipe, Senhor José Frazão**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- *“Boa tarde Senhora Presidente, Arquiteta Helena Roseta, o meu nome é José Frazão.* -----

----*Já me ajudou a falar sobre o PUALZE, o meu problema é simples.* -----

DRAFT

----- *Eu comprei o Cinema Olimpia, e acontece que nós quando compramos as coisas pensamos no desenvolvimento delas, e foi-me informado ainda na altura que aquela zona ia ser uma zona muito bonita, ia ser uma zona, a Rua dos Condes que ia voltar a ser aquilo que foi no passado.* -----

----- *Entretanto, através de um meio, eu sabia o que se passava acerca do PUALZE, fui informado, mas que estava a ser resolvido. Acontece que, enfim, houve algumas peripécias por este tempo, era para ser mas depois não foi, e eu julgo que com certeza que a sua preocupação já se senti que já se adiantou sobre isso.* -----

----- *Porque o Teatro Olimpia é privado, ou seja, era do Senhor Lá Féria, e ele tinha um projeto para fazer um Teatro, neste caso, para fazer um Teatro de ensaio de novos alunos, mas as coisas não correram bem, e acontece que aquilo caiu por terra e até foi o fim em termos económicos do Senhor Lá Féria, porque depois teve que vender através do banco.* -----

----- *Acontece que eu agora meti um projeto para Reabilitação, esse projeto depende essencialmente do PUALZE, porque da parte da DGPC, já está aprovado, depende só do que acontecer e do que aparecer. E a minha preocupação é se era possível agilizar este assunto, eu sei que é um assunto geral, são dez edifícios, eu também li um pouco pelas notícias, e o que é que podíamos fazer, se nós podíamos andar mais rápido, o que podemos fazer para ver se não acontece o que aconteceu ao Senhor Lá Féria que também fique pelo caminho. Eu acho que aquilo edifício merecia ser reabilitado, a Rua dos Condes podia voltar ao que era, e aquilo está com uns taipais, uns tampões, umas coisas com mau aspeto e ainda por cima tendo um hotel cinco estrelas mais abaixo e a tendência é reabilitar aquela zona bonita e que eu também queria participar nessa atitude.* -----

----- *Muito obrigado.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor José Frazão.-----

----- Nós estamos com um problema com o PUALZE, eu vou-lhe dizer qual é exatamente, e por isso é que temos demorado tanto a sua apreciação, a apreciação da proposta da Câmara.-----

----- A Lei determina que a alteração simplificada do PDM tem que ter um parecer, que é obrigatório das CCDR.-----

----- A CCDR, já por várias vezes oficiou, no processo do PUALZE desta alteração simplificada, que não podia dar o seu parecer, porque aquilo que a Câmara lhe propôs não cumpre os requisitos legais de ser uma alteração simplificada ao PDM.-----

----- E portanto, se não cumpre os requisitos legais a Assembleia Municipal não está em condições de a aprovar.-----

----- E portanto eu tentei deslindar isto por várias maneiras. Não Consegui! O que vou fazer, e ontem mesmo comuniquei à Conferência de Representantes, ainda por cima, neste momento, há uma transição de Pelouro na Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Vereador Manuel Salgado renunciou ao seu cargo e é substituído, em

DRAFT

princípio, pelo Senhor Vereador Ricardo Veludo, que é uma pessoa que pega de novo no Pelouro. -----

----- Eu vou devolver as propostas sobre o PUALZE à Câmara, para a Câmara faça o que diz a CCDR, resolver a situação. Ou apresenta Propostas individuais para cada um daqueles casos, com o fundamento que a Lei permite a alteração simplificada. Ou tem que fazer uma alteração normal do Plano, sem ser uma alteração simplificada. -----

----- Eu sei que não é esta a resposta que o Senhor José Frazão gostaria de ouvir, mas eu não posso pôr à votação uma coisa, que, não cumpre, logo à cabeça uma disposição legal. -----

----- E é pena que não se tenha dado por isso mais cedo, porque na verdade desde o princípio que a CCDR disse que aquilo não podia ser uma alteração simplificada, e depois andou-se ali numa troca de ofícios para cá e para lá, de pareceres para cá e para lá. Na minha interpretação, e o meu papel é este, quando estou neste lugar tenho que verificar se as propostas que me são remetidas cumprem a Lei. Tenho aqui esta dificuldade, não cumpre este requisito legal. O parecer da CCDR, não é vinculativo, até pode ser um Parecer negativo e a Câmara fazer o contrário. Mas a CCDR tem que dar esse parecer, e por várias vezes a CCDR diz que não está em condições de o dar.-

----- E portanto, estamos aqui com uma situação que eu acho que o melhor é devolver à Câmara e pedir que reformulem isso, ponham isso nos termos da Lei para a gente apreciar devidamente. -----

----- Peço desculpa de não ter uma notícia mais agradável para a sua pretensão, que aliás, é perfeitamente legítima e boa para a cidade. Mas nós também temos estes deveres que temos que cumprir, porque senão cai-nos o Ministério Público em cima e etc...etc... -----

----- **O Município, Senhor José Frazão**, no uso da palavra, interpelou a Senhora Presidente e fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Já agora só um reparo, este apontamento também se deveu à empresa que tem o hotel lá, que nos pediu por tudo para insistir no sentido de limpar a rua e agradeço...”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu.-

----- “Certo, nós somos os principais interessados que a rua fique mais dignificada, mas também não podemos aprovar coisas que não estejam conformes. E portanto, penalizo-me por não ter já decidido mais cedo devolver aquilo à Câmara, talvez já tivesse resolvido, mas não consegui! Andei a tentar resolver e não consegui! -----

----- Portanto uma parte da responsabilidade é minha, e eu assumo-a e peço desculpa às pessoas que estou a lesar. -----

----- Muito obrigada Senhor José Frazão. -----

----- Vamos passar à última pessoa inscrita, que é um já nosso conhecido Município, que nos vem aqui ajudar a animar as sessões com as exposições aqui da zona, porque estamos mesmo na área da atividade do Senhor Luís Castro e dos vizinhos de Arroios que ele representa.” -----

----- **O Município, Senhor Luís Castro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

DRAFT

-----“Muito boa tarde a todos, Excelentíssima Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

----- Em maio do corrente ano, se a memória não me falha numa das reuniões desta Assembleia, eu tive a oportunidade de apresentar algumas perguntas ao executivo da Câmara relacionadas com o Alojamento Local, as quais ainda não foram respondidas. -----

----- Assim sendo, reitero o pedido de informação, que passo a apresentar novamente -

----- Quais são os dados de hoje, portanto consolidados à data de hoje, para a Cidade de Lisboa referente ao Alojamento Local, e em particular para a Freguesia de Arroios em Lisboa?-----

----- Esta é a minha primeira questão.-----

-----Temos outra questão, que é mais uma posição e uma preocupação dos Vizinhos de Arroios, que se prende com a permanência do Ex-Vereador Manuel Salgado à frente da Sociedade de Reabilitação Urbana. Ainda que legalmente possível, e tendo em consideração que de facto o Senhor Ex-Vereador é uma pessoa, temos a certeza disso, materialmente séria, e portanto, não está em causa, quer a sua competência, quer a sua idoneidade, mas entendemos que a presença dele à frente desta organização, da SRU, apesar de legalmente possível, é política e civicamente indesejada porque é incompatível com critérios de transparência que se exigem para quem está à frente deste lugar. E, naturalmente entendemos que poderá até diminuir o papel, ou minimizar o papel do futuro Vereador do Urbanismo, que venha a ser nomeado, e pensamos que será o Doutor Ricardo Veludo aqui. -----

----- Mas esta é uma posição dos Vizinhos e gostaríamos de saber qual seria a posição desta Assembleia relativamente a este assunto.-----

----- Não está cá o Vereador Miguel Gaspar, tínhamos aqui uma questão para o Vereador Miguel Gaspar e não estando cá vamos passar à última questão.-----

----- Queremos cumprimentar o Vereador Carlos Castro, e agradecer a reunião com o Departamento de Higiene Urbana da Câmara Municipal de Lisboa que nos recebeu no passado mês de setembro, com quem tivemos juntamente com os Vizinhos de Belém e os Vizinhos do Areeiro foi uma reunião que considerámos muito produtiva e dar-lhe os parabéns, e dar também aqui o nosso apreço, por tudo aquilo que foi feito pela Doutora Filipa Penedos na sua pessoa, algo de positivo para a Câmara.-----

-----Obrigada, boa tarde.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigada Senhor Luís Castro, eu devo dizer que fiz aqui uma pequena confusão, quando vi aqui na lista, representante dos Vizinhos de...fiz confusão entre Arroios e Areeiro, porque naturalmente Arroios não é propriamente a área onde estamos, estamos mais próximos da área do Areeiro. Mas são entidades que colaboram, e o Senhor Luís Castro é sempre bem-vindo em qualquer caso.-----

----- Quanto à questão do Alojamento Local queria dizer o seguinte: -----

DRAFT

----- Nós estamos na fase em que, penso que a Câmara deve ter muito breve a conclusão do Regulamento do Alojamento Local que foi prometido. Nós fizemos uma suspensão por um período de seis meses. -----

----- Aprovámos uma suspensão por um período de seis meses de novos registos em determinadas zonas da Cidade de Lisboa. Quando chegar ao final desses seis meses e já está para muito breve, ou temos o novo regulamento, ou se não tivermos o novo regulamento, temos que pedir uma prorrogação de seis meses. É a única informação que eu lhe posso dar. Penso que a Câmara está precisamente a finalizar o regulamento, o qual será discutido publicamente. -----

----- Exatamente está-me aqui Senhora Segunda Secretária a informar que está previsto ir à reunião de Câmara já na próxima quinta-feira, já esta semana, é uma versão ainda que depois tem que ser sujeita à discussão pública. Portanto, estamos em cima do acontecimento, vamos ver o que é que sai no regulamento e naturalmente depois os Vizinhos de Arroios terão a oportunidade de se pronunciar no quadro de discussão pública do Regulamento do Alojamento Local, antes da sua aprovação. -----

----- Quanto à posição do Senhor Vereador Manuel Salgado, quanto à SRU, a Assembleia Municipal não se pronunciou sobre isso, a competência da designação é da Câmara, não é da Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal pode escrutinar essa decisão, mas também creio que não foi tomada nenhuma nova decisão desde a renúncia do Senhor Vereador que é de seis de outubro. Portanto ainda não houve materialmente tempo para a Câmara Municipal, decidir se mantém as mesmas pessoas, ou se as altera. -----

---- Quería em todo o caso dizer que naturalmente e independentemente das posições de cada um de nós, é importante salientar que a SRU atualmente em Lisboa, não tem competências urbanísticas, é exclusivamente uma empresa com competências para fazer empreitadas de obras, não tem qualquer competência no Urbanismo. -----

-----É importante que isto fique claro, por causa da questão que suscitou de haver dificuldades pois com o Pelouro do Urbanismo e de articulação com o Pelouro do Urbanismo.-----

----- Seja como for é uma matéria escrutinável e esta Assembleia a todo o tempo poderá querer perguntar à Câmara como é que é, ou como é que pensa fazer, ou se vai continuar assim, ou se tem alguma outra opinião, e aí teremos ocasião de conhecer a posição da Câmara e da Assembleia, que neste momento não conhecemos. Era tudo.---

----- Muito obrigado Senhor Luís Castro.”-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 68, DE 14.05.2019-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, queria dizer, portanto que concluímos a intervenção do público, vamos entrar na nossa Ordem do Dia.-----

----- Temos em primeiro lugar, uma ata, a ata n.º 68. -----

----- Perguntava se alguém se quer pronunciar sobre a ata n.º 68? -----

----- Ninguém se quer pronunciar sobre a ata n.º 68. -----

----- Vamos pô-la a votação.” -----

----- Aprovação de **Ata 68** relativa à reunião **de 14 de maio de 2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 3 IND, Deputado Municipal Independente Raul Santos e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 68**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 68** Sessão Extraordinária, realizada em catorze de maio dois mil e dezanove, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: DM Artur Mora Coelho (PS), DM Davide Amado (PS), DM Hugo Cordeiro Lobo (PS), DM José António Barbosa Borges (PS), DM José Manuel Moreno (PS), DM Patrocínia Vale César (PS), DM Pedro Delgado Alves (PS), DM Rui Paulo Figueiredo (PS), DM Rute Lima De Jesus (PS), DM Pedro Tadeu Costa (PS), DM Carlos Alpoim Barbosa (PSD), DM Maria José Pinheiro Cruz (PSD), DM Gabriel Baptista Fernandes (CDS-PP), DM Ana Páscoa Baptista (PCP), DM Isabel Pires (BE), DM Tiago Ivo Cruz (BE), DM José Inácio Faria (MPT), DM José Alberto Franco (IND), DM Maria Helena Roseta (IND), DM Miguel Graça (IND), DM Patrícia Gonçalves (IND) e DM Paulo Muacho (IND). -----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DO VOTO DE SAUDAÇÃO N.º 084/05 (PSD) – “PELO CENTENÁRIO DO CLUBE DE FUTEBOL “OS BELENENSES”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15ª DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (O Voto n.º 084/05 apresentado pelo PSD fica anexado à presente ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora temos um Voto, vem com alguns dias de atraso, mas aqui está ele, “Pelo Centenário do Clube de Futebol “Os Belenenses”. -----

----- Ele já foi apresentado na sessão anterior, mas pergunto ao proponente, neste caso do PSD se o querem voltar a apresentar, ou se consideram que o voto está apresentado? -----

----- Pergunto se alguém se quer intervir sobre o voto? -----

----- Não vejo pedidos de palavra.” -----

----- Vamos passar à votação **do Voto de Saudação n.º 084/05**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND, do Deputado Municipal Independente Raul Santos e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves. O **Voto de Saudação n.º 084/05** foi **aprovado por** unanimidade. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Está aprovado por unanimidade e parabéns também por terem apresentado.-----

----- As duas Petições como eu disse, não temos cá os Senhores subscritores, o meu gabinete tem estado a fazer diligências, para ver se consegue garantir que efetivamente em próxima sessão, isto possa andar para a frente.-----

----- As propostas sobre a composição das Comissões, e sobre as alterações ao Regimento, os pontos 5 e 6 da Ordem de Trabalhos estão adiadas, por razões de não ter havido consenso ontem na Conferência de Representantes que elas fossem apreciadas aqui, e a razão principal é que foi pedido que elas fossem submetidas ao Grupo de Trabalho do Regimento, como eu já disse, já está convocado.”-----

----- **PONTO 7- APRECIACÃO DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DE 2018, DAS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ART.º 25º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL, EM CONJUGACÃO COM A ALÍNEA J) DO N.º 2 DO ART.º 18º E N.º 2 DO ART.º 32º , AMBOS DA LEI N.º 147/99, DE 1 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE: 34 MINUTOS**-----

----- (Os Relatórios de Atividades de 2018, das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa encontram-se arquivadas nos serviços da Assembleia Municipal de Lisboa.)-----

----- **PARECER DA 6ª COMISSÃO PERMANENTE**.-----

----- (O Parecer da 6ª Comissão Permanente relativo aos **Relatórios de Atividades de 2018, das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa**, fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- **RECOMENDACÃO 035/03 (6ªCP)**.-----

----- (A **Recomendação n.º 035/03 da 6ª Comissão Permanente** relativo aos Relatórios de Atividades de 2018 de 2018, das **Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa** fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos então entrar na apreciação dos Relatórios de Atividades das CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Lisboa, as quatro CPCJ de Lisboa.---

----- Temos presentes, em representação da CPCJ/Centro a Senhora a Marta Bitá, em representação da CPCJ/Norte, a Senhora Tânia Marques e a Senhora Adelaide Oliveira, penso que das outras CPCJ não estão ainda, ou não vêm os representantes. ---

----- Os relatórios já têm aqui alguns meses, porque não chegaram todos ao mesmo tempo, isto foi um processo que foi um pouco demorado a sua apreciação.-----

----- Sei que tiveram audições muito importantes na 6ª Comissão, e antes mesmo de nós passarmos à apreciação do Relatório e da Recomendação, há uma coisa que eu vos queria pedir.-----

----- O trabalho das CPCJ é extremamente difícil, é um trabalho muito duro, e muito importante para a Cidade de Lisboa, e quem está nas CPCJ tem um desgaste muito grande, e precisa de ter um amor muito grande àquilo que faz, para levar o trabalho para a frente. -----

----- Portanto, se os Senhores Deputados, não me levam a mal, eu tomo a iniciativa de vos pedir uma salva de palmas para as CPCJ de Lisboa, para o trabalho que fazem. ----

----- E para que saibam, vamos agora votar a Recomendação que vem da Comissão, mas para que saibam que, para Assembleia Municipal de Lisboa, o vosso trabalho é fundamental, e o nosso papel é espicaçar as entidades, para que elas cumpram também o seu papel, e que vocês possam desempenhar o vosso trabalho nas melhores condições possíveis, é um trabalho decisivo para a nossa população. -----

----- Posto isto, eu pedia à Senhora Deputada Ana Mateus, para fazer uma apresentação do relatório, que é importante, e assim será feito. -----

----- E há vários Senhores Deputados inscritos, e vamos depois ouvir os Senhores Deputados inscritos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- Então muito boa tarde. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Funcionários, Senhores Vereadores, Deputados, Assessores e restante Público.-----

----- Aliás, comecei por ouvir as palavras da Senhora Presidente, e que reitero, que de facto, temos que elogiar quer as Comissões, mas também não nos podemos esquecer das forças de segurança, de todas as entidades que estão envolvidas com este tema das crianças, como até o Ministério Público, os tribunais, porque isto de facto, é uma matéria muito sensível, toca jovens que são o futuro de amanhã, e que de facto, é bastante preocupante.-----

----- O relatório apresentado focou-se essencialmente nas problemáticas sinalizadas pelas CPCJ's. -----

----- Apesar de ser um relatório das atividades, sem dúvida que cada uma das instituições apresentou, e o que se concluiu é que qualquer uma delas demonstrou dedicação e empenho relativamente ao tema. -----

----- Portanto, atendendo a que todas elas desenvolveram as suas atividades, e sempre no superior interesse da criança, entendi que era fundamental acima de tudo sinalizar as problemáticas, e tudo o que foi dito na 6ª Comissão, importa salientar mais uma vez, volto a dizer estas instituições, que todas elas trabalharam, mas também quero aqui desde já agradecer a todos os membros da 6ª Comissão Permanente, e a todos os envolventes, que todos trabalhámos, e muito obrigada pelo apoio e pela ajuda a todos os elementos. -----

----- De todas estas problemáticas, houve aqui uma coisa que me foi fundamental, e que me fez vir aqui, que foi o apelo que o Presidente da CPCJ, Lisboa Oriental, o Doutor Rui Paulo Esteves, solicitou alguma reflexão à 6ª Comissão, apelo este que eu também vou agora solicitar a todos os Senhores Deputados, que é a questão do absentismo escolar. -----

----- De ano para ano, esta problemática tem vindo a aumentar, uma problemática que não foi só sinalizada também na CPCJ Lisboa Oriental, foi também sinalizada pela Doutora Sofia Silveira, da Lisboa Centro, em que focou aqui um assunto que eu considero, de facto, muito preocupante é que estes jovens, não estudam, não querem estudar, mas, quando se lhe pergunta o que é que querem fazer, eles não sabem o que fazer. -----

----- Por isso há que ter atenção a esta problemática, a esta situação que poderá eventualmente, poderá fazer-se caminhar para situações bem mais complicadas. -----

----- Queria apenas apresentar também aqui uma saudação muito especial, mais uma vez a quem dedica tanto tempo a estas matérias tão sensíveis, com sujeitos tão delicados, nós tentámos entrar esta semana um voto saudação, e não foi em vão que o fizemos porque faz exatamente este ano, que se celebram os trinta anos da Convenção dos Direitos das Crianças. -----

----- E os estudos concluem que as crianças se queixam de não serem ouvidas, e não serem tomadas em conta as suas opiniões. -----

----- Portugal e a Convenção dos Direitos das Crianças, salientam na sua Legislação a importância da criança ser ouvida, por vezes, basta que este tão simples gesto, ou ação, para que a criança se sinta integrada e amada. -----

----- Eu termino com um apelo, que uma criança de nome Indiara deixou ao mundo. ---

----- Vou apenas citar quatro versos. -----

----- *“Dizes que sou o futuro, não me desampares no presente.* -----

----- *Não desejo somente a festa no teu carinho, suplico-te amor com que me eduques.*

----- *Ensina-me o trabalho, a humildade, o devotamento e o perdão.* -----

----- *Compadece-te de mim e orienta-me para o que seja bom e justo...* -----

----- *Corrige-me, enquanto é tempo, ainda que eu sofra...* -----

----- *Ajuda-me hoje para que amanhã eu não te faça chorar”* -----

----- Olhar as crianças é um exercício da cidadania, e um dever cívico de qualquer pessoa. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, pelo seu testemunho, não foi apenas um relatório, foi um testemunho e tem esse valor também. -----

----- Senhores Deputados, temos vários Senhores Deputados inscritos, e vamos ouvi-los, e também pergunto se a Câmara quer usar da palavra, neste ponto? -----

----- Senhor Vereador Manuel Grilo se quiser? -----

----- Bom, para já, logo se vê. -----

----- Vamos ouvir os Senhores Deputados inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

DRAFT

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Secretários, Funcionários, Senhores Vereadores, Vereadoras, Deputados e Deputadas, Comunicação Social e Público.-----

----- Ao longo dos anos, o PCP tem vindo a acompanhar a aplicação da Lei n.º 147/ 99 analisando os impactos de trabalho desenvolvido pelas CPCR, os avanços registados e universo da sua ação, as principais dificuldades e obstáculos, a tipologia das problemáticas realizadas, a existência de uma complexidade dos processos, mas também o contexto socioeconómico de fundo, assim como as condições materiais e humanas do seu funcionamento.-----

----- Ao longo dos anos, os profissionais envolvidos identificaram dificuldades plasmadas nos Relatórios Anuais de Avaliação das Atividades das CPCR/CJ problemas esses, que existem a nível de recursos humanos, de materiais, de técnicos, que se mantêm, que pelo menos eu tenha conhecimento, e que vivi há mais de vinte anos.-----

----- Falta de respostas sociais que permitem um trabalho integrado com as famílias de origem das crianças e jovens sinalizados, evidenciando a fragilidade atual das entidades que asseguram esta resposta social, seja ao nível da redução do financiamento dos projetos destas entidades, seja ao nível da diminuição dos mais disponíveis. -----

----- Apesar do trabalho dedicado dos intervenientes realizado na área da prevenção, e dos esforços para um trabalho coordenado e articulado, com as instituições da comunidade, a violência da situação económica e social, e a falta de meios humanos têm esmagado a capacidade de intervenção efetiva de muitas Comissões. -----

----- Queremos felicitar acima de tudo, todos os elementos das Comissões que trabalham em condições precárias, e que vivem em sofrimento pela complexidade, e gravidade de muitos dos casos, sobre os quais depois não encontram as respostas. -----

----- Pese embora, os enormes esforços efetuados, e que está ilustrado no relatório agora apresentado, importa reforçar a ideia de que a responsabilidade maior nesta área está na esfera do Governo da República. -----

----- Votamos a favor da Recomendação agora apresentada, embora se levante algumas preocupações em relação ao ponto 2.10, sobre a concretização dos contratos de delegação de competências, pelo que esperamos por estes, na expectativa que os mesmos não venham a contemplar mais situações de trabalho precário.” -----

----- Disse! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

DRAFT

----- “Excelentíssima Senhora Presidente de Mesa, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Deputados, Público Presente, muito boa tarde a todos. -----
----- Gostaria de começar a intervenção do CDS, a congratular o trabalho realizado pela CPCJ, e também pela 6ª Comissão no âmbito da análise do plano de trabalhos que foi feito por este grupo, nomeadamente, a Senhora Deputada Ana Mateus, que teve aqui o objetivo de fazer um relatório bastante detalhado, naquilo que são as problemáticas que enfrentam hoje as CPCJ’s aqui. -----
----- Este é um tema bastante sensível, e que a análise que foi feita pela Comissão permitiu identificar um conjunto de problemas nesta estrutura. -----
----- E esta estrutura é uma estrutura que se procura que seja, basilar e que efetivamente defenda os jovens e as crianças, e infelizmente, aquilo que conseguimos demonstrar é que a CPCJ está totalmente aquém daquilo que é o objetivo que se procura tão-somente, porque existe falta de investimento nesta estrutura. -----
----- A estrutura não se encontra por isso de boa saúde, é a análise que é feita no âmbito deste parecer. -----
----- Não há recursos humanos suficientes, não há um acompanhamento nos processos que existem, porque existem muito mais processos de que recursos humanos necessários para tal, os recursos infelizmente, também estão desmotivados, há uma grande rotatividade e muita saída de pessoas, precisamente porque não sentem valorizados, nem conseguem cumprir com os objetivos que lhes são propostos e, portanto, aquilo que entendemos na análise que fazemos, é que este parecer espelha muito bem todas estas problemáticas, mas que é preciso haver fiscalização, é preciso haver acompanhamento, mas acima de tudo investimento.-----
----- Investimento nas CPCJ’s, investimento nas pessoas que estão no terreno, e que conseguem acompanhar estas crianças e estas famílias e, portanto, para nós o caminho é um caminho da prevenção para uma sociedade mais saudável.-----
----- Aquilo que também gostaríamos de reforçar é que é fundamental, e que isto também é um ponto que está presente também neste relatório, é fundamental criar uma 5ª CPCJ de forma a redistribuir os processos, e aumentar a resposta de terreno.----
----- As CPCJ’s são cruciais no combate aos fatores de risco, à violência doméstica, ao abandono e ao absentismo escolar, o défice de intervenção com a comunidade cigana, a saúde mental e os consumos de droga e álcool, permitindo ter uma intervenção até aos 18 anos.-----
----- O enraizamento destas problemáticas nas pessoas torna difícil, ou quase impossível o seu combate, se não se detetar e intervir atempadamente, portanto, mais uma vez reforçamos a palavra aqui é prevenção e investimento, é isso que nós acreditamos. -----
----- Muito obrigada.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----
----- Vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

----- Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- Não poderia deixar no início desta minha intervenção, falar sobre o excelente trabalho prestado pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, não poderia deixar de falar como disse, sem falar do excelente trabalho que ao longo dos anos a Doutora Manuel Eanes, que iniciou em 1983, criou o Instituto de Apoio à Criança, e esta iniciativa é anterior inclusivamente à própria aprovação da Convenção dos Direitos da Criança pelas Nações Unidas em 1990, e portanto, não poderia deixar de mencionar este facto, que eu penso que é relevante, quando se fala de CPCJ’s. -----

----- E agora passando então à minha intervenção, queria dizer que as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, na sua vertente alargada, desempenham um papel fundamental junto das comunidades sensibilizando e informando de modo a garantir a segurança dos menores que delas dependem, divulgando os seus direitos, e prevenindo riscos e gerindo recursos, tendencialmente escassos, para atender às necessidades detetadas. -----

----- Na sua vertente restrita, a sua ação não é de relevância menor nem mais fácil, atuando quando uma situação de risco é assinalada e tendo em conta o superior interesse da criança, os membros destas equipas cooperam no sentido de alcançar a melhor solução possível.-----

----- As audições aos representantes das quatro CPCJ da Cidade de Lisboa evidenciaram, mais uma vez, as enormes dificuldades enfrentadas por estas equipas no cumprimento da sua missão.-----

----- As dificuldades não se prendem apenas com o elevado número de situações que são expostas às Comissões, mas essencialmente com a escassez de técnicos que prestam, muitas vezes, serviço a tempo parcial.-----

----- Nestas audições ficou também claro, que vários cargos essenciais ao cumprimento da missão das CPCJ estão a descoberto, sendo especialmente preocupante o desfalque relativamente a representantes do Ministério da Saúde que três das CPCJ de Lisboa referenciaram-----

----- Caros colegas. -----

----- Já no passado, a negligência representou, a nível nacional, 40% das sinalizações de perigo, e a negligência tem diversas dimensões, como todos sabemos.-----

----- A negligência pode ser efetiva ou relativa à saúde da criança, sendo também identificada quando há exposição a comportamentos de risco como a exposição ao consumo de estupefacientes, álcool e prostituição. -----

----- Mas também pode ser educativa, e os elevados números de absentismo escolar são preocupantes, nomeadamente entre os 12 e 13 anos. -----

----- Senhora Presidente. -----

----- O MPT concorda com as Recomendações apresentadas pela 6ª Comissão Permanente, salientando o ponto 2.10, uma vez que as Juntas de Freguesia são por proximidade, as melhores conhecedoras destas realidades e a sua missão deveria passar por fazer a ponte entre os fregueses, e as CPCJ e a Câmara Municipal. -----

----- Considerando também que a execução do ponto 2.1, que recomenda a criação de cursos práticos como medida de combate ao absentismo escolar, constitui uma medida de extrema relevância e que deveria passar por fomentar estes jovens em ofícios que tendem a desaparecer se não houver investimento, como é o caso da Escola de Jardinagem e de Calceteiros da CML. -----

----- Termino, por fim, queria deixar uma palavra de apoio a todos os técnicos que, perante condições muitas vezes adversas e com escassos recursos, se esforçam para proteger as nossas crianças e evitar a sua institucionalização. -----

----- Muito obrigado! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boas tardes. -----

----- Em primeiro lugar, destacamos que votaremos favoravelmente as recomendações contidas no Parecer da 6ª Comissão, bem como felicitamos a sua autora. -----

----- Como sabemos as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, visam promover os direitos da criança e do jovem, e prevenir, ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, e que comprometam o seu bem-estar e o desenvolvimento infantil e juvenil. -----

----- Entre eles destacam-se a violência doméstica, a negligência, o absentismo, abandono escolar, a exposição de modelos de comportamento desviante, o abuso sexual, saúde mental, as dificuldades das comunidades migrantes, mas ainda situações familiares que advém de despejos e penhoras, ou sejam, questões também de caráter social e económico das famílias, é por isso urgente melhorar a capacitação parental e estabilizar os núcleos familiares carenciados, os horários de trabalho e o devido acompanhamento de jovens, invertendo a exclusão e a pobreza social dos progenitores, nomeadamente, das famílias que manifestem uma forte debilidade social e económica.-----

----- Depois ao longo dos vários relatórios anuais entregues nesta Assembleia desde 2015, os Grupos Municipais vem detetando a persistência da entropia entre eficácia e eficiência por motivos exógenos, ou desempenho dos técnicos das CPCJ, com um indesejado reflexo na comunidade envolvente, e na qualidade de vida das crianças. ----

----- Como concluiu a 6ª Comissão, vem-se arrastando a insuficiência de apoios e de técnicos perante o número de processos, havendo dificuldades em melhorar a resposta em tempo útil, acontece que o número de processos abertos e em acompanhamento nas quatro Comissões de Lisboa, vem sendo os mais elevados do país, porém, para fazer frente a este elevado volume processual persiste uma média de inúmeros processos por técnico, quando, para o seu devido acompanhamento, deveria haver um técnico para cerca de vinte processos. -----

----- Por outro lado, persiste também um desequilíbrio geográfico na sobrecarga de cada uma das quatro Comissões, com um volume processual da CPCJ/Norte a ser de longe o mais elevado. -----

----- Foi neste sentido que, no primeiro trimestre deste ano, “Os Verdes” insistiram com a Câmara para que contribuísse para a resolução deste problema, nomeadamente, para que fosse ponderada a criação de uma nova zona a partir da subdivisão da CPCJ Norte, incluindo o indispensável reforço em recursos humanos especializados. -----

----- Só que, até ao momento, a Câmara não parece ter ainda contribuído para as soluções mais inadiáveis, assim sendo, começamos a duvidar se as recomendações que todos os anos a 6ª Comissão aqui repete, servem para alguma coisa, é que para o PEV não é o futuro, mas o presente, os nossos filhos que continuam em risco.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Hugo Gaspar do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados e Público em geral. -----

----- As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, para que possam dar cumprimento ao seu objetivo, de promover os direitos da criança e do jovem, e também de prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, necessitam da efetivação de meios e apoios. -----

----- A 6ª Comissão, no conjunto de audições realizadas com os Presidentes das CPCJ Lisboa Norte, CPCJ/Ocidental, CPCJ/Oriental e CPCJ/Centro, tomou boa nota de um conjunto de informações, que pela sua relevância e pertinência, verteu no Parecer que agora se submete à votação, e que mereceu a aprovação unânime de todos os partidos ali representados.-----

----- Esta votação é de resto, o resultado do reconhecimento da importância que tem para esta Comissão, a intervenção das CPCJ sempre que não seja possível às entidades, com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma

adequada e suficiente, a remover o perigo em que as crianças e os jovens se encontram. -----

----- Casos de crianças ou jovens abandonados ou entregues a si próprios, que sofram de maus tratos físicos ou psíquicos, ou sejam vítimas de abusos sexuais, que não recebam os cuidados que lhe são devidos, que sejam obrigados a trabalhar, ou se deparem com comportamentos que ponham em causa a sua saúde, segurança, educação ou desenvolvimento como ser humano, não são aceitáveis, exigem um olhar atento e ações concretas, de caráter preventivo ou corretivo. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista dá por esta ordem de razão, ênfase nas recomendações deste Parecer, na certeza de que o Município de Lisboa irá tomar boa nota das mesmas e agir em conformidade. -----

----- O objetivo das CPCJ assim o exige. -----

----- Referimo-nos à necessidade de interceder junto do Ministério da Saúde, junto da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, junto da Segurança Social, e junto da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para que as recomendações do presente Parecer possam ser uma realidade em breve. -----

----- De igual forma apelamos ao cumprimento do Parecer elaborado em 2018, complementado com um relatório de execução por parte do Pelouro dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, para que possa ser analisado pela 6ª Comissão. -----

----- Finalmente, apelamos ainda que a Câmara Municipal de Lisboa articule com as Juntas de Freguesia a criação de projetos no âmbito dos Direitos Sociais, alicerçados em Contratos de Delegação de Competências, que tão bons e visíveis resultados têm tido, nas mais variadas áreas da gestão municipal e local, com benefícios inegáveis para a cidade e para a sua população. -----

----- Por estes motivos, votaremos favoravelmente este Parecer, reforçando nesta sessão aquele que foi o nosso sentido de voto em sede da 6ª Comissão. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Vereadores. -----

----- Relativamente à proposta de Recomendação que aqui temos, e ao Relatório que foi apresentado, de facto, a CPCJ faz um trabalho de acompanhamento de problemas sociais que é absolutamente fundamental na Cidade de Lisboa, e em especial tem um papel importante para a população mais jovem, em situações mais vulneráveis de

risco, e que penso que todos e todas, devemos e temo-lo feito valorado o trabalho que tem sido feito pelas CPCJ.-----

----- E por isso mesmo, achamos que elas, de facto, devem ser tratadas com toda a dignidade para conseguir efetuar o seu trabalho.-----

----- Sabemos que a Câmara Municipal de Lisboa tendo uma competência logística, financeira e administrativa sob as CPCJ, elas hoje em dia estão delegadas nas Juntas de Freguesia, e como em outros casos, isto tem levantado algumas dificuldades ao longo dos anos, especialmente no que toca a trabalhadores e trabalhadoras. E, por isso também acompanhamos as recomendações que são feitas pela Comissão, no sentido que sejam desbloqueados todos os entraves para contratação de pessoas que fazem falta, que fazem falta há bastante tempo, já aqui foi referido o histórico relativamente ao acompanhamento, que tem sido feito nas CPCJ e, portanto, neste caso, como noutros se percebe bastante bem a importância que a existência de meios humanos e, portanto, trabalhadores que não sejam precários têm para a função pública, e tem para a aquilo que são matérias como aquelas que a CPCJ trata todos os dias de uma importância muito grande, também, bastante pesadas e que implicam um esforço adicional destes trabalhadores e, por isso é importante que não exista essa precariedade associada ao trabalho, não só porque dá a dignidade a estes trabalhadores, mas também, porque garante a continuidade de um bom trabalho, do bom trabalho que tem sido feito pelas CPCJ's que é difícil muitas vezes, mas que é absolutamente essencial e, por isso acompanhamos as recomendações hoje para serem votadas.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro, Independente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente, Mesa, Senhores Vereadores e Caros Deputados. -

----- O grupo dos Cidadãos Independentes, os Cidadãos, também, é evidente que enaltece o trabalho, e o esforço de todos os técnicos ligados à CPCJ's e à própria organização, e também estamos completamente, e votaremos a favor do relatório onde a Comissão de uma maneira empenhada, a 6ª Comissão fez parte. -----

----- Já foi aqui identificado por vários colegas Deputados, matérias que nos preocupam, a questão dos agrupamentos de saúde, que não há ligação, a questão de falta de técnicos, exatamente técnicos precários, e de algumas áreas, mas, acima de tudo a necessidade e a urgência de criar mais uma área, tendo em conta a grande dimensão da área norte, onde efetivamente, a demografia e mais crianças nascem.-----

----- No entanto, aquilo que nós vimos aqui levantar, é que nos parece que haveria um ganho entre a Câmara e a Assembleia Municipal, de facto, vir a operacionalizar aquilo

que estava já do ano passado, e daí temos repetido no ponto 2.7, que fosse dado cumprimento às recomendações do ano passado. -----

----- Porquê? -----

----- Porque elas não foram efetivadas, ou seja, era fundamental este diálogo permanente e construtivo, entre a Assembleia e a Câmara, e as CPCJ,s, e não apenas este papel burocráticos que nos é dado de avaliar os processos todos os anos, sem que percebemos o ganho. Não se consegue perceber quantas crianças passaram, ou deixaram, o que se trabalhou, não há um relatório de incremento relativamente, a essa matéria. -----

----- E acho que todos ganhávamos, é uma matéria que é importantíssimo na Cidade de Lisboa, tendo em conta a sua demografia, e tendo em conta áreas de pobreza, e uma rede social de quinhentos e tal parceiros, onde podiam capacitar os pais, onde podia fundamentar-se no trabalho, daí nós vamos recomendar à 6ª Comissão, que a Senhora Presidente da CPCJ,s venha para esclarecer, e para podermos concretizar, e ajudar a trabalhar, não no sentido do policiamento da Câmara, mas no sentido, de facto, de fazermos uma parceria, e um trabalho numa área tão importante na Cidade de Lisboa, como é o direito a ser criança.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Penso que a referência, que a Senhora Deputada Teresa Craveiro, acaba de fazer à Presidente das CPCJ, e estamos a referir à Comissão Nacional das CPCJ. -----

----- Quero informar os Senhores Deputados, que eu própria officiei à Comissão Nacional das CPCJ, transmitindo das várias recomendações que vinham da 6ª Comissão, uma Recomendação que tem que ser vista a nível nacional que é o problema da reorganização territorial das CPCJ, porque várias puseram a questão de que as quatro, para o território que nós temos é curto, nós precisamos de mais, e também, pedimos esclarecimento urgente da interpretação da Lei, e das portarias, em matéria de designação dos representantes das Freguesias nas Comissões alargadas. -----

----- Essa matéria está no Parecer, e também, no Relatório as queixas, e os problemas que existem com essa designação. -----

----- Nós, na Mesa não se pôs essa parte na Recomendação, porque a competência é da Assembleia de Freguesia não é da Assembleia Municipal e, portanto, pareceu-nos que devíamos respeitar a autonomia das Assembleias de Freguesia, seja como for, não é claro, e vários membros das CPCJ disseram-nos, vários Presidentes e Coordenadores das CPCJ, disseram na 6ª Comissão, que tinham dificuldades em interpretar aquela disposição legal, porque não sabiam se eram quatro representantes por cada Comissão Alargada, ou se era quatro de cada Freguesia, enfim não é clara a redação, e tem que haver umas orientações da Comissão Nacional que ainda não foram dadas. -----

----- Isto é um problema importantíssimo, porque afeta depois o funcionamento, peço desculpa deste à parte, mas era para dar esta informação de ofício enviado à Comissão Nacional. -----

----- E vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra Senhora Deputada Inês Sousa Real do PAN.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde.-----

----- Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Deputadas Municipais, Senhores Vereadores e Deputados Municipais, restante Público presente e Funcionários da Autarquia.-----

----- Começava por saudar precisamente o trabalho das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que têm sido feito, não são na nossa cidade com por todo o país é, de facto, um trabalho extremamente relevante para aquilo que era um desiderato comum, que é a proteção do superior interesse de crianças e jovens.-----

----- Cumprimentar também a Senhora Relatora pelo trabalho feito, e pela sensibilidade também que demonstrou, que enquanto Eleitos não nos deve ser alheio, e marcar também os trabalhos.-----

----- Salientando aqui a importância de reforçar, isto já foi dito, mas nunca é demais, o investimento dos meios humanos que estão afetos às CPCJ, conferindo-lhes também mais estabilidade naquilo que é um trabalho enorme de desgaste emocional, e até mesmo por força da sobrecarga processual a que estão sujeitos, para que possam prosseguir a sua missão, e desde logo por essa razão teríamos sempre que acompanhar aquilo que são as recomendações da 6ª Comissão. -----

----- Há também aqui, foi evidenciado ao longo das várias audições a necessidade de melhorar as condições dos equipamentos que estão afetos às CPCJ, pela falta de condições, que tivemos a possibilidade de ouvir nos seus testemunhos, não faz de facto, sentido que, num contexto tão particular vulnerabilidade e num trabalho de elevado desgaste, não exista outro tipo de condições dado a estas instituições. -----

----- Os diferentes relatórios, e não nos podemos esquecer seja, na OCDE, seja da própria Comissão Europeia, tem-nos alertado a todos e a todas, para a importância de protegermos aqueles que são os mais vulneráveis, nomeadamente as crianças, não apenas no contexto da pobreza, mas também da segurança, do acesso à educação, à habitação, aos transportes, entre outros aspetos fundamentais da vida em sociedade. ---

----- Não é por isso de menosprezar que é nosso dever enquanto Eleitas e Eleitos a combater, de facto, fatores como o absentismo escolar, promover a segurança de crianças e jovens, e zelar pelo cumprimento da própria Convenção dos Direitos da Criança, ainda que conscientes que esta é uma responsabilidade partilhada com outras instituições, mas isso não deve levar-nos a demitir do importante papel que a Assembleia Municipal de Lisboa pode ter ao recomendar, e ao promover também junto dos restantes organismos, nomeadamente, também do Estado, e da Santa Casa da Misericórdia, que se promova de forma mais eficaz aquilo que é esta missão. -----

----- O trabalho que temos pela frente, não se esgota, de facto, no reforço das condições e naquilo que é uma análise anual do relatório destas entidades, já aqui foi dito, é de facto importante perceber qual o impacto que ele está a ter na vida destas

crianças e jovens, mas também em promovermos, esse é de facto, um compromisso que podemos e devemos aceitar enquanto Eleitos, de promovermos políticas municipais que sejam transversais às diferentes áreas, que nos permitem depois combater aquilo que são as desigualdades estruturais, e até mesmo a própria condição de pobreza quebrando-se ciclos viciosos de pobreza e de desigualdade, e isso passa por de facto, conseguimos ter medidas mais integradoras e que considerem aquilo que é a proteção especial destas crianças e jovens, é nos diferentes setores, desde a educação, à habitação, ao acesso aos transportes, ao combate às desigualdades sociais, entre muitas outras. -----

----- Vamos obviamente votar favoravelmente estas recomendações, aproveitando para saudar mais uma vez, e agradecer todo o trabalho que tem sido desenvolvido pelas Comissões em prol das nossas crianças e jovens. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada, e vamos prosseguir. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador Manuel Grilo.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Saúdo também todas e todos aqui presentes, começando pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Colegas Vereadores, os Senhores Deputados e restantes participantes. -----

----- Dá-me ideia que em relação a esta matéria a Câmara Municipal, mas também todo o Conselho Local de Ação Social, estão extremamente preocupados com aquilo que é hoje limitação de ação de CPCJ na Cidade de Lisboa. -----

----- No passado dia 9 de outubro, aqui neste mesmo edifício, reuniu a Comissão Tripartida do Conselho Local de Ação Social, exatamente sobre esta matéria, sobre um plano para as crianças e jovens que envolvesse todas as entidades que têm intervenção nesta área e, portanto, naturalmente, os que fazem parte da Comissão Tripartida, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Segurança Social, e em relação a esta matéria também a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. -----

----- Foram apresentados um conjunto de propostas de construção de uma estratégia municipal para as crianças e jovens nas mais diferentes vertentes, e nos mais diferentes eixos, desde logo sobre a prevenção, indicando um conjunto de ações necessárias para termos uma estratégia sólida relativamente à proteção das crianças e jovens na Cidade de Lisboa e, naturalmente, tudo aquilo que consta deste relatório, aí foi também naturalmente analisado. -----

----- Em primeiro lugar, dizer que em relação ao excesso de processos que hoje estão distribuídos às quatro Comissões, foi claro que em relação a este aspeto a Comissão

Norte está com o excesso de processos e é, portanto, necessário equacionar a criação de uma nova CPCJ que desdobre em parte aquela que é hoje a CPCJ/Norte. -----
----- Outras questões que aí foram colocadas, dizem respeito também as questões da Comissão Alargada e da Comissão Restrita e, portanto, em relação à Comissão Alargada aquilo que se percebeu, é que a ausência de participação de alguns setores tem feito que haja um funcionamento muito pouco eficiente destas Comissões Alargadas e, que portanto, todos os processos transitem de imediato para a Comissão Restrita, não havendo uma triagem que se considere absolutamente necessária, da Comissão Alargada relativamente a estes processos.-----
----- E portanto à que intervir também junto das Comissões Alargadas, no sentido de elas serem efetivamente constituídas, de serem efetivamente ativas, e de serem também, eficazes no sentido só chegarem as Comissões Restritas aqueles processos que têm que efetivamente lá chegar. -----
----- Relativamente também aos recursos humanos da CPCJ é de há muito uma matéria que preocupa fortemente a Câmara Municipal de Lisboa, é necessário não só reforçar os elementos da CPCJ, como também garantir de alguma forma que estes elementos têm estabilidade, e também do ponto de vista contratual que haja uma regularização dos vínculos precários que alguns dos elementos da CPCJ, em particular dos Senhores Presidentes ainda hoje tem, e quanto a isto estamos a trabalhar com os Recursos Humanos da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de encontrarmos uma solução para os Presidentes da CPCJ, porque é importante que haja esta continuidade, que haja esta estabilidade por parte dos seus membros e, em particular do seu Presidente. -----
----- Em relação a todas estas orientações que estão a ser equacionadas sob a forma de plano, naturalmente, durante a reunião, houve um conjunto de alterações propostas, um conjunto de sugestões de melhoria, e naturalmente, quando estiver pronto, este plano, ele será presente também aqui à Assembleia Municipal, porque queremos que equacionam conjunto de eixos de atuação que a ser implementado trarão significativas melhorias, à situação das crianças e dos jovens em risco na Cidade de Lisboa.-----
----- Tendo atenção não só alguns dos aspetos que aqui foram colocados, nomeadamente, o absentismo escolar e por isso foi importante, também estar presente nesta reunião da Comissão Tripartida a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, que tem um conhecimento muito pormenorizado, muito fino da realidade, como também, outros aspetos que têm a ver com alguma alienação parental, e portanto, a necessidade também de agirmos relativamente a esta matéria.-----
----- Outros aspetos ainda que foram colocados têm a ver com as prevalências de doença mental na Cidade de Lisboa, que tem também importância na proteção dos crianças e jovens, e também é necessário começarmos a investir nesta perspetiva também, de proteção de crianças e jovens em risco da Cidade de Lisboa. -----
----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Vereador. -----

----- Penso que terminamos as intervenções nesta matéria, e vamos então passar à votação neste caso, o que está em consideração é a Recomendação n.º 85/03 que já foi aqui referenciada, uma vez que os relatórios são apenas apreciados em sede de Comissão, e já o foram, aqui o que nós temos que fazer é apreciar e votar a Recomendação da 6ª Comissão.”-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 085/03 (6ªCP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 7 IND, o Deputado Municipal Independente Raul Santos e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. A **Recomendação n.º 085/03 (6ªCP)** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Recomendação está aprovada por unanimidade e, naturalmente, podemos dizer às Senhoras Representantes das CPCJ presentes, que todos os relatórios que recebemos aqui da Câmara Municipal no cumprimento desta Recomendação, daremos conhecimento daquilo que nos vai sendo dado a nós conhecimento, daremos conhecimento às Comissões, e muito obrigada pela vossa presença.”-----

----- **PONTO 8 - APRECIACÃO DO PONTO 3 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 600/CM/2019 - APROVAR A PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA N.º 349/CM/2018, CELEBRADO COM A GEBALIS, E.M., S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 4 DO ART.º 32º, NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 42º E NOS N.º S 1 E 5 DO ART.º 47º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDACÇÃO ACTUAL, NA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 23º E NA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ART.º 25º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta n.º 600/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante).-----

----- **PARECER DA 5ª COMISSÃO PERMANENTE**.-----

----- (O Parecer da 5ª Comissão Permanente relativa à Proposta 600/CM/2019 fica anexado à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Posto isto Senhores Deputados, temos agora três propostas da Gebalis, vamos ver uma de cada vez, o relator é o mesmo nas três, em todo o caso não temos presente a Senhora Vereadora Paula Marques, eu tenho aqui uma dúvida sobre o Ponto 3 da Proposta n.º600 de 2019, vou tentar resolvê-la diretamente com a Senhora Diretora Municipal por telefone, e já vos direi qual é a dúvida, a ver se ela faz sentido ou não. --

----- Mas vamos desde já perguntar à Câmara, se a Câmara quer apresentar alguma destas propostas?-----

----- A Câmara dispensa a apresentação das propostas, então nesse caso, tenho que perguntar ao Senhor Relator.-----

----- Senhor Relator apresentar a primeira proposta, o Contrato-Programa apreciação da adenda ao Contrato-Programa, na sequência da aprovação do plano de atividades pela Câmara.-----

----- Não quer apresentar, o relatório foi distribuído.-----

----- Senhores Deputados, se não levam a mal, nós vamos passar às outras duas, porque há aqui uma dúvida que eu tenho, sobre uma cláusula aqui deste contrato, que eu tenho que esclarecer junto dos serviços, e digo-vos aliás qual é a dúvida. -----

----- É relativamente fácil, provavelmente os serviços esclarecerão isto muito rapidamente. -----

----- E é o seguinte é que na primeira Proposta, nesta adenda ao contrato, é pedida uma antecipação, a Proposta é o ponto número 8 da Ordem de Trabalhos. -----

----- Na Proposta vem aqui, na cláusula 5ª, pede-se a “*transferência do subsídio à exploração para a GEBALIS*”, isto depois confere com o quadro, “*a título de antecipação em 2018 até 1 milhão e 500 mil euros, em 2018*”, como nós já estamos em 2019, eu penso que esta antecipação estava dependente do visto de Tribunal de Contas, que entretanto não deve ter chegado, mas eu quero perguntar se continuamos a manter o 2018 aqui, provavelmente, foi esse o título que foi solicitado ao Tribunal de Contas, não deve haver ainda aprovação.-----

----- Se não me levam a mal, vou pedir ao Senhor Primeiro Secretário, que dirija reunião para discutir as duas propostas seguintes, e eu vou tentar esclarecer este ponto, porque estamos em 2019, não é, e estamos a pedir uma antecipação para 2018, 2018 já foi.-----

----- Portanto, eu queria esclarecer este ponto, parece-me que pode ser fácil de esclarecer, mas convinha esclarecê-lo.”-----

----- **PONTO 9 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 601/CM/2019 – APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO, A MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A GEBALIS - GESTÃO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA, E.M., E A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 23º E NA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTº 25º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta n.º 601/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante).-----

----- **PARECER DA 5ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- (O Parecer da 5ª Comissão Permanente relativa à Proposta 601/CM/2019 fica anexado à presente Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

-----“Boa tarde a todos, enquanto a Senhora Presidente vai tentar junto dos serviços solucionar aqui esta matéria relativa ao Ponto 8 da Ordem de Trabalhos, vamos passar ao Ponto 9, “*Apreciação da Proposta n.º601 de 2019, Aprovar a atribuição de*

subsídio à exploração, a minuta de contrato-programa a celebrar com a GEBALIS, assunção de compromisso plurianual nos termos da proposta das disposições legais e regimentais aplicáveis”. -----

----- Pergunto a Câmara Municipal se quer apresentar a proposta, Senhor Vereador Carlos Castro, está a dizer que prescinde. -----

----- Senhor Deputado Silvino Correia? -----

----- Prescinde de apresentar o relatório. -----

----- Não sei se temos inscrições, não temos inscrições. -----

----- Estou a ver o sinal do Deputado Municipal Mário Patrício, e da Deputada, Virgínia Estorninho, para ficar registado em ata que o Deputado Municipal Mário Patrício está impedido em todas as três Propostas, penso que são três, relativas à Gebalis.” -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º601/CM/2019**. Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 7 IND, o Deputado Municipal Independente Raul Santos e do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves. A **Proposta n.º 601/CM/2019** foi aprovada **por maioria**. --

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, do Grupo Municipal do PS, não participou na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal.) -----

----- **PONTO 10 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 602/CM/2019 - APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO, A MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A GEBALIS - GESTÃO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA, E.M., E A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – BAIRRO QUINTA DO CABRINHA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 23º E NA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTº 25º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA BASE: 34 MINUTOS.**-----

----- (A **Proposta n.º 602/CM/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante). -----

----- **PARECER DA 5ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- (O **Parecer da 5ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 602/CM/2019** fica anexado à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- Vamos passar ao Ponto 10, da nossa Ordem de Trabalhos.-----

----- Apreciação da Proposta n.º602 de 2019, “*Aprovar a atribuição de subsídio à exploração, a minuta de Contrato-Programa a celebrar com a Gebalis, a assunção de compromisso plurianual Bairro da Quinta do Cabrinha, nos termos da proposta e das disposições legais e regimentais aplicáveis.*” -----

----- Volto a questionar a Câmara se quer apresentar a proposta? -----

----- Senhor Vereador Carlos Castro, informa-nos que não.-----

----- O Senhor Deputado Silvino Correia, também prescinde. -----
----- Penso que não temos inscritos.-----
----- Senhora Deputada Virgínia, temos inscritos?-----
----- Não temos inscritos para usar da palavra.”-----
----- Vamos então passar à votação da **Proposta n.º 602/CM/2019**. Não há votos contra, abstenção do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Raul Santos. A **Proposta n.º 602/CM/2019** foi aprovada **por maioria**.-----
----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----
----- (O Senhor Deputado Municipal Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, do Grupo Municipal do PS, não participou na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal.) -----
----- **A Proposta n.º 602/CM/2019 foi aprovada com a necessária correção do erro material abaixo transcrito:** -----
----- **No contrato programa, no ponto 1 da Cláusula 5ª:**-----
----- **Onde se lê:**-----
----- *(...) 640.000,00€, (novecentos e cinquenta mil euros), não sujeito a IVA (...)*-----
----- **Deve ler-se:**-----
----- *“(...) 640.000,00€, (seiscentos e quarenta mil euros), não sujeito a IVA (...)*-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Fechámos assim o Ponto 9 e 10 da Ordem de Trabalhos, e podemos passar à Senhora Presidente para retomarmos o Ponto 8.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Queria que ficasse registado em ata, que nos Pontos 8, 9 e 10, o Senhor Deputado Mário Patrício, do Partido Socialista está impedido de participar por incompatibilidade profissional.-----
----- Está esclarecido, falei com o Senhor Presidente da Gebalis, está esclarecido, esta cláusula que está aqui do adiantamento em 2018, já estava no contrato de programa e puseram aqui na alteração na adenda, voltarão a repetir uma coisa que já estava, não estamos a aprovar esta parte de novo, isto já está resolvido.-----
----- Já foi aprovado, e já foi transferido, e já tem visto do Tribunal de Contas, está resolvido, portanto, não devia era estar aqui, e, portanto, fica registado que não é necessário que esta questão, portanto, fica esclarecida, de qualquer maneira ainda vou confirmar isto, antes de fazer a publicação da deliberação que a Assembleia vier a tomar sobre esta matéria, para não haver nenhuma dúvida, mas, portanto, tudo o mais está correto, foi verificado aqui pelos serviços da Assembleia.-----
----- E eu pergunto se podemos pôr à votação a Proposta n.º 600 de 2019, sob condição de esclarecer este ponto, é mais seguro assim, e espero que depois me mandatem caso seja aprovada, que me mandatem para esclarecer este ponto, para depois seguir como deve ser.-----

----- Não há dúvidas vamos pôr a votação.” -----

----- Vamos então passar à votação da **Proposta n.º 600/CM/2019**. Não há votos contra, abstenção do PSD, CDS-PP, PCP, PEV, PPM e do Senhor Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, BE, PAN, MPT, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Raul Santos. A **Proposta n.º 600/CM/2019** foi aprovada **por maioria**.-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, do Grupo Municipal do PS, não participou na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal.) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço desculpa, uma declaração de voto que o PCP quer fazer agora?-----

----- Não! -----

----- Ou quer apresentar *a posteriori*, ou quer fazer agora da bancada? -----

----- Por escrito, muito bem.” -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*Nos termos do n.º 4 do Artigo 63º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, segue declaração de voto, abaixo transcrito, do Grupo Municipal do PCP sobre a Proposta 600/CM/2019 - apresentada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada no dia 08 de Outubro de 2019 dia 15 de Outubro.*-----

----- *A Proposta 600/CM/2019 trata de uma alteração ao plano de actividades motivada por adendas ao contrato de programa para obras nos bairros municipais.---*

----- *Uma vez que houve a impossibilidade, por interposição de acção judicial pelo empreiteiro, de realizar até à data as obras no Bairro da Flamengo, propõe-se que a verba seja distribuída pelas outras obras previstas no contrato de programa que se constata necessitarem de reforço.*-----

----- *O Grupo Municipal do PCP absteve-se quando da votação, por considerar que não ficou esclarecido sobre a solução que está prevista para a intervenção no Bairro da Flamengo.”-----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados também, queria dizer que, creio, que o Senhor Primeiro Secretário não chamou a atenção disso. -----

----- Queria dizer, que na Proposta n.º 602 que já aprovaram, havia um erro material, não sei se foi dito, mas é uma coisa muito simples e, portanto, ficará em ata, depois peço se não se importam que ponha na altura.-----

----- Estava um erro, isto é um erro material daqueles que é evidente, no n.º1 da cláusula 5ª da Proposta n.º 602 diz, “*onde consta seiscentos e quarenta mil euros*”, e depois, entre parêntesis, diz “*novecientos e cinquenta mil*”, ora, seiscentos e quarenta mil, não são novecientos e cinquenta mil, portanto, o que deve constar é “*640.000,00€*” entre parêntesis (*seiscentos e quarenta mil euros*), isto é um daqueles

DRAFT

erros materiais, mas fica registado, vai ser corrigido, e será publicado em Boletim Municipal com a correção. -----

----- Senhores Deputados, aqui valem-me os serviços da Assembleia Municipal, que fazem esta verificação cuidadosa, porque tem que ser assim, para que os erros não sejam, enfim, repercutidos depois, e possam ser prejudiciais. -----

----- Senhores Deputados, não temos mais propostas para hoje, terminamos aqui os nossos trabalhos. -----

----- Chamo a vossa atenção para duas coisas, que eu queria dizer, atenção só isto. -----

----- A primeira é que a próxima semana, temos Debate do Estado da Cidade. -----

----- A segunda é que para esse Debate do Estado da Cidade, uma vez que não conseguimos aprovar hoje nada em matéria de alterações de grelhas, a Conferência de Representantes pediu-me para ver se conseguíamos em sede de Conferência de Representantes, ajustar uma grelha provisória e específica, só para esse debate para termos a certeza qual é tempo que têm os Independentes, e não haver aqui dúvidas na Mesa, vamos tentar fazer isso. -----

----- E finalmente, dizer que agora estão convidados os Senhores Presidentes e os Secretários das Comissões, para uma reunião no *foyer* pequeno, para fazermos o ponto de situação dos nossos trabalhos. -----

----- Muito obrigado a todos.”-----

----- A sessão terminou, eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----A PRESIDENTE -----